

## *(Com)passos num espaço de nós.\**

*A Rua Álvares Cabral*

MARIA DO CARMO MARQUES PIRES \*\*

**Abstract** – This paper is intended to analyse the Álvares Cabral Street as a space of reference and memory of Oporto in the late nineteenth century and the beginning of the twentieth century. Generated by rural and aristocratic spaces of the seventeenth and eighteenth centuries, it still reflects the living spaces of the eight hundred bourgeoisie from Oporto.

A nossa comunicação pretenderá apreender toda a temporalidade do espaço habitado, do espaço existencial enquanto fenómeno total. Assim, falará dos lugares e de algumas das vivências da Rua Álvares Cabral, conjunto com identidade e carácter – pleno de *Humanidade Viva*.

Partirá da observação indirecta dos lugares através de corpos de imagens remotas, documentação diversa (gráfica, iconográfica, manuscrita, impressa) e da observação directa do lugar ou lugares. Percorrendo-os se analisarão as formas de habitar deste sítio.

Dividir-se-á em três etapas, no mesmo espaço percorrido e vivido a diferentes ritmos, neste lugar atemporal. Com o subtítulo *Encontro com um Espaço*, analisaremos o lugar que gerou a rua, de inícios do século XVII a meados do século XIX, a sua apropriação e vivências dos espaços físicos (arquétipos espaciais) e meio circundante, inferindo toda a experiência humana; num outro momento que designamos de *Apropriação, Transformação e Génese de Um Espaço da Cidade*, referi-

---

\* Comunicação apresentada no V Curso Livre de Arte Ibero Americana realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 28 de Abril de 2004.

\*\* Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

remos todas as etapas que conduziram a este raro ambiente urbano de transição: o processo de abertura deste eixo viário na quinta de Novecentos, os arrematantes, o processo de edificação, de finais de Novecentos a meados do século XX, os diversos espaços de vida, experiência humana (privacidade, sociabilidade, segurança, trabalho...); finalmente, em *Quatro Habitações de Um Tempo no Presente*, abordaremos o conhecimento particular de algumas das edificações com antiga vocação residencial, entre muitas outras que ainda hoje dignificam este espaço e são expressão de um dos lugares emblemáticos da cidade.

Lugar que teima em persistir e cujas edificações se adaptaram aos ritmos da cidade actual, existindo com outras funções. Edifícios de grande qualidade são ainda úteis segundo uma expressão de Brigitte Donnadieu<sup>1</sup> *um universo denso, cheio, inesgotável onde tudo se encontra ao alcance da mão e do olhar*.



**Figura 1** – Fotografia aérea da rua Álvares Cabral, 1940, A.H.C.M.P.

A partir da observação da fotografia aérea (figura 1), localizamos a rua e visualizamos o conjunto arquitectónico urbano finissecular de uma das mais importantes vias de circulação da cidade que ainda solicita o desejo de aí ir, de o percorrer e por vezes mesmo o desejo de aí permanecer. Torna-se *uma forma física e urbana, uma produção voluntária do espaço* (Ressano Garcia Lamas)<sup>2</sup>.

A Nascente a actual Praça da República, a norte a rua da Boavista e logradouros das suas casas, a poente, a Travessa da Figueiroa e a rua de Cedofeita e do lado sul os logradouros das casas da rua que se encostam aos logradouros das casas da rua dos Bragas.

Esta rua movimentada que a maior parte das vezes se percorre na pressa de chegar, constitui ainda um dos nossos espaços. Os seus passeios, a própria rua, a sua pendente, as volumetrias de edifícios vários, os equipamentos, as texturas diversas,

<sup>1</sup> DONNADIEU, Brigitte – *L'Apprentissage du Regard. Leçons d'architecture de Dominique Spinetta*. Paris: Éditions de La Villette, 2002.

<sup>2</sup> LAMAS, Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1993.

a cor/a luz/ a sombra, o ruído/os sons, as árvores e o céu espelham imagens ou abrigam nos seus muros sentimentos e vivências (elementos palpáveis e concretos ou não), integram este conjunto arquitectónico no qual se encontram indícios fortes da Quinta de Oitocentos.

Partindo da observação directa dos documentos concretos – edifícios, muros, paredes, logradouros – todo um cenário da família burguesa portuense, detectámos sinais vários que permanecem do anterior espaço aristocrático da Quinta: a viela de servidão, o espaço de circulação no interior da quinta, os seus limites, ainda inscritos na rua actual, o loteamento, a apropriação e a transformação deste espaço noutros mais pequenos, o logradouro e a maior parte das edificações actuais, como poderemos constatar pela sobreposição da planta de loteamento de 1895.

## Encontro com um espaço

Partindo do cruzamento de informação de fontes diversas que iremos observar, oriundas dos arquivos desta e de outras cidades, de fontes literárias, da observação atenta *in situ* das marcas físicas deste espaço e de alguns dos seus edifícios tornámos visível e vivo um espaço desaparecido. Partindo de um alargamento da metodologia geral, reconstruímo-lo de acordo com a proposta do Doutor Vítor Serrão na sua obra “A Cripto – História de Arte” na qual afirma: [...] *arte não se faz só com o recurso a obras vivas [...], e que esta disciplina científica visa analisar, estudar, identificar, [...] re-conhecer [...]* e é por isso mesmo que as obras que não sobreviveram à incúria dos tempos [...] *fazem parte íntima deste campo de sondagens abrangentes e de percepções sensoriais [...]*<sup>3</sup>.

Neste primeiro *item* tentámos conhecer, perceber a importância do espaço desaparecido em diversas vertentes: estética, social, urbana, existencial e política. Como o homem nele *habitou* e deu vida ao património presente, afirmando-o como seu espaço embrionário. Negamos assim a sua morte e pela análise visual e documental, lembramo-lo, atribuindo-lhe uma forma possível/provável, reconstituindo o parcialmente inexistente, de uma forma dialogante e enriquecedora, possibilitando a compreensão de um fenómeno na sua globalidade.

O espaço embrionário da rua – o primitivo espaço era um território rural dos arredores da cidade de Seiscentos, uma vasta propriedade rústica foreira ao Priorado de Cedofeita, situava-se extramuros, pertencendo, em 1605, a *Salvador João*, [de Valadares] e a sua *m.er Margarida do Carvalhal do casal do Padrão sito na freguesia de S. Martinho de Cedofeita [...]*<sup>4</sup> como consta no Prazo Primordial datado de 1605. Em 1665, de acordo com Cunha e Freitas esta propriedade já se denomi-

<sup>3</sup> SERRÃO, Vítor – A Cripto – História de Arte. Análise das obras de arte inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

<sup>4</sup> BNL –Reservados, Inventario de todos os Prazos, títulos e mais Papeis pertencendo a casa do Senhor Manoel de Figueiroa Pinto, Feito em 15 de Novembro de 1772.

nava Quinta da Boavista, pertencendo por testamento ao Dr. João Carneiro Morais e a D. Helena Araújo sua Mulher, residentes em Lisboa e que nela tinham instituído a Capela de S. Bento e Santo Ovídio, conforme o documento *Instituição de Morgado que instituiu O Snr. Dez.or João Carneiro de Moraes do Morgado do Porto cuja cabeça hé a Capella de Santo Ouidio da dita cidade [...]*<sup>5</sup>. O filho do casal, Paulo Carneiro de Araújo desembargador da Relação do Porto e o neto João de Araújo e Melo sucederam-lhes no vínculo e no praso dessa quinta de rendimento que seria renovado pelo D. Prior de Cedofeita. Encontra-se descrito o espaço da seguinte forma, numa escritura de 11 de Novembro de 1716, *Item primeiramente casas de sobrado telhadas que têm de comprimento de norte a sul 15 varas e de longo do nascente para poente menos um palmo. Item uma casa terreira [...] Item uma quinta cercada de muro que tem suas ramadas e arvores de fruto, pinheiros grandes e uma nora [...]*<sup>6</sup>. A quinta seria vendida, em 1726, a João de Figueiroa Pinto e mais tarde, a mulher deste Fidalgo e cavaleiro renunciava à renovação do prazo da quinta a favor do filho Manuel de Figueiroa Pinto (Fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Portel, Senhor de Porto Carreiro, contador da Fazenda Real na cidade do Porto, Presidente do lançamento das sisas, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real ...).

Uma das plantas mais antigas e bem conhecidas é a da Praça de Santo Ovídio, de 1764, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, onde se encontram representadas a Rua do Almada, a Praça de St<sup>o</sup> Ovídio e a entrada oriental da Quinta de St<sup>o</sup> Ovídio. Para além deste documento existem outras representações: duas pinturas pertencentes ao Museu Nacional de Soares dos Reis, desenhos aguarelados<sup>7</sup>, inéditos até há pouco tempo, e duas gravuras de Cardoso Vila Nova de 1833. Nas duas pinturas pertencentes ao espólio do M. N. S. R.<sup>8</sup> podemos observar o jardim e fachada posterior da quinta e todo o terreno que descia até à Rua de Cedofeita e Travessa da Figueiroa (vendo ao longe um mirante, a igreja românica de Cedofeita e todo o meio envolvente) lugar com características rurais, muito diferente do actual, documentando já a apropriação deste lugar de rendimento e recreio. Nestas representações encontram-se apostas pequenas personagens num espaço, pretendendo animá-lo e sugerindo os percursos, os passeios, o convívio familiar, através do movimento dos seus corpos que sugerem sons articulados, palavras, diálogos, conversas. Em 1776, pai e filho, João e Manuel de Figueiroa Pinto, valorizaram a propriedade e *tornaram-na uma das poderosas casas da nobreza portuense [...]*<sup>9</sup>. Vasco

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa – Reservados *Vínculo de St.º Ouidio. Cota Condes de Resende, Cd cx 76, nº 65.*

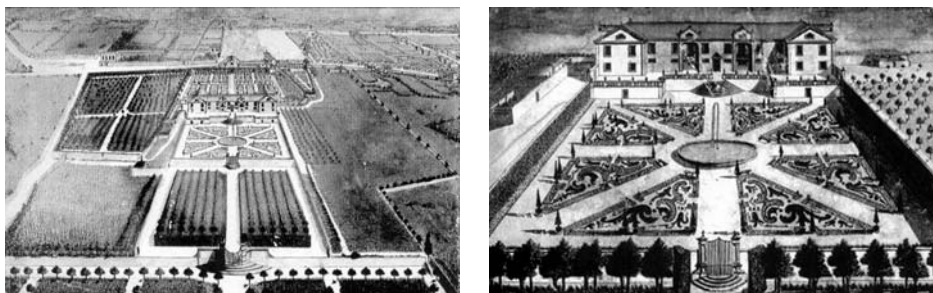
<sup>6</sup> CUNHA E FREITAS – *A Quinta da Boavista e a de S. Bento e Santo Ovidio “arriba dos Ferradores”.* In Tripeiro, V série, Ano V, nº 10, Fevereiro de 1950. Neste artigo o autor cita uma escritura de 1716 na qual é renovado o praso do casal do Padrão, definindo as confrontações da quinta.

<sup>7</sup> Desenhos gentilmente cedidos pelo Dr. Gonçalo Vasconcelos e Sousa.

<sup>8</sup> Abreviatura de Museu Nacional de Soares dos Reis.

<sup>9</sup> VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de – *A Arte da Prata no Porto 1750-1810.* Porto: FLUP, dissertação de Doutoramento em História da Arte, vl.s I e IV, p.18.

Valente refere ainda que foi *manda[da] edificar casa apalaçada e plantar os seus vastos e magníficos jardins*<sup>10</sup>. Esta tornar-se-ia numa Quinta de rendimento e recreio foreira à Colegiada de Cedofeita, ocupando uma vasta área de 5,75 hectares, estendendo-se ao longo de um declive 5%.



**Figuras 2 e 3** – Desenhos aguarelados inéditos da Quinta de Stº Ovídio. Do lado esquerdo uma vista aérea da Quinta e no lado direito a representação da Quinta e Jardim.

Perante estas imagens e transcrevendo Marc Smedt diria *Curvamo-nos pelo enorme e eloquente silêncio denso e feliz*<sup>11</sup> ou ainda aqui, como diria Malcolm de Chazal, *O silêncio não tem contornos, assim como o espaço não tem limites, porque tal como o espaço, o silêncio é consubstancial a tudo*<sup>12</sup>. São imagens síntese de factores concretos que indiciam, em Setecentos, o lugar, a geografia e a história, numa composição que ordena o espaço físico definido por uma arquitectura e paisagem destinada a ser *habitada*, a acolher o homem. Embora invisíveis, o espaço e o ar adquirem aqui texturas diversas, tornam-se densos ou ténues como se recobrissem as coisas com um invólucro semelhante à pele – é portanto uma imagem apaziguadora. Para além da casa, da capela de Stº Ovídio, das cocheiras, da escadaria, do patamar, dos muros, também o jardim, as árvores e a água criam outros lugares que abrigam por baixo de si, criam sombras e penumbras, protegem, convidam ao recolhimento ou ao convívio – levam à apropriação de um outro espaço. Na imagem da direita (figura 3), um jardim associado a percursos para ou para além da escadaria, por entre troncos, folhagens, lago, muros e portões. Do patamar entramos na habitação ou saímos dela para o jardim/horta/pomar para usufruir de muitos outros abrigos, entramos num espaço exterior. Segundo Jean-Louis Déotte *é no Jardim e só aqui que a natureza é lida de uma forma ordenada, uma ordem particular, visual*.<sup>13</sup> Este todo encontra-se organizado, equilibrado, envolto num halo de ar, uma atmosfera transparente envolve toda a geometria que organiza o espaço. Uma alameda/caminho estrutura uma zona de canteiros que culmina num lago de água

<sup>10</sup> VALENTE, Vasco – *Achegas Arqueológicas e iconográficas. A casa e Quinta de Stº. Ovídio. Tripeiro*. Porto: V série, Ano 5, nº 4 de Agosto 1949, pp. 80 a 82.

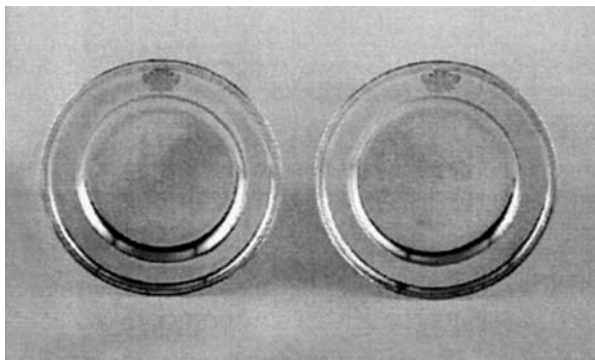
<sup>11</sup> SMEDT, Marc – *O Elogio do Silêncio*. Cascais: Sinais de Fogo, 2001.

<sup>12</sup> SMEDT, ob. cit, p. 19

<sup>13</sup> MOSSER, Monique; NYS, Philippe [dir.] – *Le Jardin, art et lieu de mémoire*. Besançon: Les Éditions de L'Imprimeur, 1995, p. 431

transparente sugere, faz sentir frescura, movimento e sons que com a vegetação circundante, criam espaços de prazer nos percursos obrigatórios ou passeios. Há um diálogo permanente entre a paisagem visual e paisagem tátil, entre o interior e o exterior.

Estas duas imagens (figuras 2 e 3) representam respectivamente uma vista aérea do lugar dos jardins, da casa e capela de St.º Ovídio (capela cuja localização se desconhecia e que aqui se encontra representada), inserida num contexto de finais do século XVIII, e uma representação particular dos jardins da Quinta, dos campos de cultivo, da casa da Quinta. Espaço localizado na zona rural e urbana envolvente que integrava o Campo de St.º Ovídio, a rua do Almada já rasgada e com um considerável conjunto de habitações edificadas, numa época que antecedeu a ampliação da praça [1783/85], a abertura da rua da Boavista e a edificação do Quartel General [1790]. Em 1782, a Câmara iniciaria as expropriações para ampliação da Praça de St.º Ovídio, à custa da propriedade de Manuel Figueiroa Pinto. A rua da Boavista iria também ser aberta à custa de terrenos (Norte) da Quinta.



**Figura 4** – Pratos de Guardanapo com as armas dos Figueiroa Pinto.

VASCONCELOS E SOUSA, G. M.  
N. de – Arte da Prata 1750-1810.  
Porto: FLUP, dissertação de doutoramento em História de Arte.

A imponente deste amplo espaço aristocrático encontra-se associada ao rico recheio composto por inúmeras peças de uso quotidiano ou religioso de prata e ouro. São apenas 2 exemplares do vasto inventário de peças de ourivesaria/prataria *de um rol de Maio de 1792 e realizado por João de Figueiroa Pinto [...] A imponente da casa não deve desmerecer o aparato do recheio [...] A percepção da posse de bens [...] dá-nos uma visão intimista da realidade do quotidiano [...] ressalta a pujança de uma das mais importantes famílias da governança local* [Figueiroa Pinto]<sup>14</sup> como afirma Gonçalo Vasconcelos e Sousa na sua dissertação de doutoramento. Estes exemplos evidenciam portanto uma forma distinta de habitar, símbolo de um grupo detentor de poder e de códigos sociais restritos.

Por morte de Manuel de Figueiroa Pinto a quinta passaria, por herança, para o seu parente, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto, 1.º visconde e 12.º senhor de Beire e casado com D. Maria Helena de Sousa Holstein, que lhe sucedeu na casa de Beire e em todos os morgados.

<sup>14</sup> VASCONCELOS E SOUSA, ob. cit., p.413.

Através da análise dos dois desenhos de Vila Nova, de 1833, constata-se a continuidade deste espaço aristocrático conhecido por Quinta de St.º Ovídio, da Boavista – Boavista, dos Pamplonas, mais tarde dos condes de Resende.

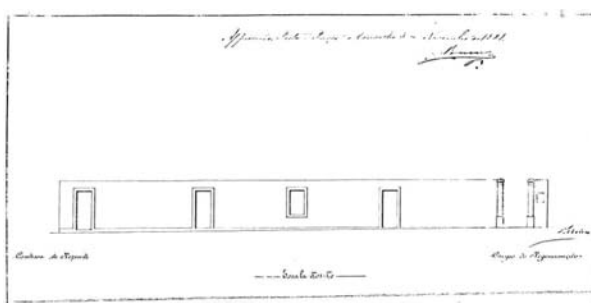
A entrada principal encontra-se situada a oriente, voltada para o Campo da Regeneração, separada desta por muro cujo acesso se fazia através de portal, tendo lateralmente as cocheiras e cavalariças.

Edifício sóbrio e austero de planta regular, num esquema de linhas horizontais, de dois pisos em que a fachada principal, antecedida por alameda/horta e cavalariças, era ritmada pelos dois corpos laterais avançados e pela utilização da cantaria e alvenaria, pelos cheios e vazios e telhado de duas águas. Vedada do espaço público, preservava a intimidade familiar do olhar de estranhos.

A fachada posterior mantém diferente concepção, abrindo-se para um amplo e vasto jardim que continua a atrair, como diria Lamarche – Vadel [...] *um jardim secreto fecha-se ao mundo exterior [...]. Abrigado dos olhares como dos ventos, retendo tudo o que se encontra oculto na terra: o perfume, o calor, a frescura matinal, só respirando bem com o Céu [...]*<sup>15</sup>. Esta fachada posterior mais imponente, com uma composição mais complexa de volumetrias e corpos que avançam ou recuam, linhas sinuosas do telhado e águas-furtadas, um claro eixo central com varanda e balaustrada, janelas com padieiras de cantaria e porta encimada com volutas. Este eixo conjugava-se cenograficamente com a balaustrada do terraço, escadaria e alameda que dava acesso ao jardim e lago.

Espaço composto por terras para sementeiras, horta, pomar, campos de cultivo, pastagens e ramadas, ilustrando uma actividade predominantemente agrícola exercida por criados e rendeiros produzindo cereais, vinho, criação. A quinta era abundantemente abastecida de água que chegava por dois aquedutos subterrâneos das minas de Paranhos / Mina de S. Brás e a de Gonçalo Cristóvão (mina da Fonte), existindo ainda nesta propriedade uma mina com nascente interior.

**Figura 5** – Muro mandado modificar pela Condessa de Resende, 1881, no Campo da Regeneração.



D. Maria Balbina Pamplona de Sousa Holstein que tinha casado com o 4º conde de Resende, D. António Benedito de Castro, mandaria modificar o muro

<sup>15</sup> MOSSER, Monique; NYS, Philippe [dir.] ob. cit., p. 108.

voltado para o Campo da Regeneração, em 1881, na extremidade do qual se vê o reservatório da água mina de S. Brás (parte ainda visível no portal lateral do actual Instituto de Francês).

D. Luís Manuel Benedito de Castro, primogénito, morreria solteiro, tornando-se sua universal herdeira, sua mãe, a condessa viúva. Sucedeu-lhe seu irmão, D. Manuel, 6º conde de Resende. D. Maria Balbina morreria em 20 de Janeiro de 1890, tendo deixado aos netos a Qtª de Stº Ovídio, tentando mantê-la intacta, conhecedora que era da difícil situação financeira do filho e numa época em que os bens imóveis da aristocracia se desvalorizavam.



**Figura 6** – Fachada Ocidental da casa da Quinta de Stº Ovídio.



**Figura 7** – Fachada ocidental da Quinta com a rua a ser rasgada.

As imagens da fachada ocidental da Quinta e a da fachada com a rua a ser aberta conjuntamente com uma carta de Eça de Queirós a D. Emília de Castro, sua esposa e irmã de D. Manuel, em 1895, ajudam-nos a perceber o clima que se gerou à volta da destruição da Quinta. Escrevia Eça: *[...] Estive em St.º Ovídio. Ainda bem que não vieste – pois que a mim próprio me fez uma muito viva impressão, aquele quase desaparecimento do velho St.º Ovídio. A casa ainda está de pé, ainda vestida com as suas trepadeiras. Mas dentro é um deserto. O Manuel e a Maria vivem na [...] sala do fogão, tendo quase por único móvel a cama. [...] De facto a única compensação à tristeza daquele fim de casa é o óptimo humor do Manuel, que rejuvenesceu, que está forte e todo e absolutamente enfrornado na sua rua. [...]*<sup>16</sup>.

Por um lado o orgulho que a condessa morta e muitos dos cidadãos nutriam por este espaço aristocrático, um dos edifícios de referência da cidade e, por isso, a tentativa da sua manutenção, ainda que em avançado estado de ruína. Por outro lado, as dificuldades económicas dos condes de Resende face à elevada prole (sete filhos) e à manutenção do antigo estilo de vida.

Assim, na última década de Oitocentos a quinta estaria envolvida num longo e problemático processo judicial gerado por vontades antagónicas. Pretendia-se por

<sup>16</sup> MATOS, A Campos – *Eça de Queiroz Emília de Castro – correspondência epistolar*. Lello & Irmão – Editores, 1995, p. 448.



um lado manter um velho espaço de prestígio da cidade, por outro superar as dificuldades económicas de uma aristocracia cujos bens tendiam a desvalorizar-se e ainda a vontade de modernizar a urbe, rasgando novas artérias num núcleo que se industrializava, crescia e queria acompanhar a nova ordem económica e o progresso.

Dela surgiria outro dos espaços vitais de circulação, a rua Álvares Cabral que nasceria da necessidade de por ela se comunicar e de nela “habitar” numa época de forte crescimento demográfico, de profundas alterações do tecido urbano e de forte especulação fundiária. Numa altura em que a burguesia portuense procurava usufruir de conforto e bem-estar, numa zona arejada e servida abundantemente de água, um dos primeiros espaços com carácter residencial.

Entre 1892 a 1895 os condes iriam requerer, enquanto representantes dos filhos menores, a alienação da quinta, oferecendo à Câmara do Porto a abertura de uma nova rua que ligaria Cedofeita ao Campo da Regeneração, contencioso que terminaria com a venda da quinta e loteamento para edificações de 6m.

### Apropriação, transformação e génese num espaço de referência da cidade..

Em 30 de Janeiro de 1892, os Condes de Resende iniciariam um longo processo judicial para alienação da quinta, herança da condessa viúva aos netos menores. Propunham a sua venda integral em hasta pública por 100 contos de réis ou a abertura de uma nova rua desde o Campo da Regeneração até à rua de Cedofeita, loteando todo o terreno da Quinta em parcelas de 6m, pedindo que fossem remidos os foros que pesavam sobre a propriedade.

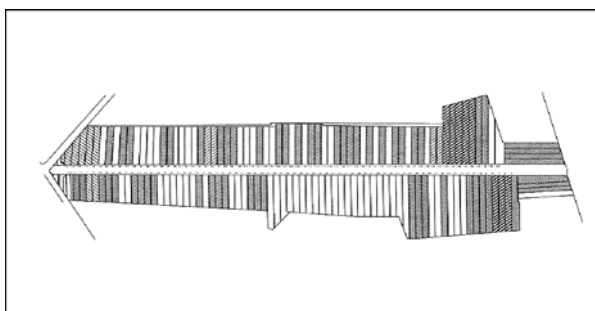


Figura 8 – Planta de loteamento da Quinta, de 1895.

A primeira resposta do Curador Geral dos menores às pretensões dos Condes de Resende foi claramente desfavorável, tendo dito o seguinte: [...] alienar um prédio tão importante para depositar o seu preço, seja onde fôr, é uma aventura que o requerente não levará a efeito com o meu voto [...] Este pedido vem acompanhado d' uns calculos, que são [...] seductores [...] e que bem podem ser apenas sonhos cor de rosa do req.te. Entre o sonho e a realidade está, em regra um abysmo. Ainda me lembro do que se passou com os campos do Cyrne, dizia-se que este campos retalhados com ruas próprias

*para edificações dariam lucros imensos [...] retalharam-se os campos, há bastantes annos, e os compradores em ves de lucro, teem tido enormes perdas [...]*<sup>17</sup>.

Os condes reforçaram as suas pretensões face a esta forte oposição, tendo conseguido a nomeação de peritos para examinarem a planta de loteamento de 1895. Os peritos foram unânimes quanto às vantagens da abertura da rua a meio da propriedade: valorização do espaço para os proprietários e a realização de mais uma importante via de circulação para a cidade. A planta de loteamento foi aprovada e confirmaram a vantagem da abertura de uma via a meio da quinta. Os lotes foram vendidos em hasta pública para que os interesses dos menores fossem salvaguardados, indicando o preço, a dimensão e localização do terreno, as penas de água (27 da mina de S. Brás, 20 penas para cada uma das outras duas minas).

O Juiz autorizou a abertura da rua, em 10 de Agosto de 1895 ano em que foram remidos os foros à Colegiada de Cedofeita – Prior e Cabido.

A rua foi finalmente aberta e oferecida à Câmara do Porto, em 1898, por um particular, o Conde de Resende. Coube a empreitada ao mestre-de-obras José Joaquim Mendes, também, ele responsável pela construção de cerca de trinta casas das edificadas neste lugar. Surgiram alguns problemas nomeadamente com o Conselheiro Dr. Licínio Pinto Leite morador numa casa apalaçada na rua do Campo Pequeno. Este servia-se da água da quinta que era conduzida por aqueduto e encanamento que passava a meio da propriedade até à viela do Marão e estava preocupado com a abertura da rua que ocupava parte do terreno por onde passava o encanamento, não podendo, após a sua conclusão, levantá-la para reparar ou inspeccionar o tubo de chumbo que ligava ao cano de Cedofeita. Chegaria a um acordo, passando a canalização pela viela de servidão, situada no limite norte da quinta até à travessa da Figueiroa e daqui a ligação a um cano de chumbo na rua de Cedofeita, tendo assim desaparecido a antiga viela do Marão.

Em 30 de Junho de 1898, a rua encontrava-se concluída e denominada por rua Álvares Cabral a pedido da Junta de Paróquia de Cedofeita, em 18 de Maio de 1898, substituindo assim a anterior designação de rua nova ou dos Pamplonas.

## O processo de loteamento

De um amplo e único espaço aristocrático adaptado aos códigos sociais, dos sécs. XVIII/XIX, passou-se ao seu fraccionamento e à sua ocupação espacial pela burguesia portuense.

Os 144 lotes foram arrematados por um período de 10 anos, entre 1896 e 1905, (nascente/sul 1 a 4; nascente/norte 141 a 144; lado sul do 5-73 A; lado norte 74 a 140), possuindo a maior parte deles a largura de 6m, excepto os dos extremos.

---

<sup>17</sup> A.D.P. Processo judicial de alienação da Quinta dos Pamplonas – TCPRT/v/058/Mç 110/00276 D.

Naqueles em que passavam minas de abastecimento de água, estavam os proprietários proibidos de abrir poços. A Companhia Auríficia arrematou os lotes 22 a 43 (com Mina Interior), só começando a vender alguns lotes a partir de 1929. Outros arremataram mais de um lote como foram os casos de Dionísio Pereira dos Santos (lotes 6-8 no lado sul e 111-115 no lado norte), Amyas Warre (70-71 sul, 74-79 norte)...

### Os arrematantes

A clientela que arrematou os lotes era maioritariamente da alta e média burguesia, numa época em que o crescimento populacional e o adensamento habitacional do centro antigo da cidade fruto da industrialização e da renovação urbanística convidava este grupo social a procurar zonas mais arejadas, menos poluídas, criando um novo espaço de forte distinção social que ainda hoje se sente, numa das primeiras ruas com função preferencialmente residencial. Localizada entre dois importantes centros comerciais, a rua de Cedofeita e o Campo da Regeneração.

Lugar eleito pela aristocracia económica e originária da cidade, de ruas contíguas, pertencia a grandes proprietários, capitalistas, negociantes, industriais, profissionais liberais (alta especialização profissional, diploma de estudos superiores médico cirurgião, quadros superiores Gerentes da Fiação do Jacinto, Vice-presidente da Assembleia Fabril do Cávado, Director Gerente do Caminho de Ferro de Guimarães), profissionais com alta preparação académica superior (magistrado, conselheiro), alto funcionalismo e ainda pequenos proprietários, lavrador, pequeno e médio comércio, pequenos industriais.

### A rua e seu espaço

A venda dos lotes efectuar-se-ia a par da abertura da nova rua que em 1897 ainda não se encontrava finalizada. Em 1898 procedia-se à vedação dos terrenos, encontrando-se na parte exterior das vedações em madeira o número dos lotes a tinta negra. A construção da quase totalidade dos edifícios da rua realizou-se entre 1897/1912, tendo apenas 11 edificações sido construídas nos anos seguintes e o fenómeno construtivo terminado, numa 1ª fase, em 1945.

A construção na rua começou no seu limite nascente, com a fachada principal do edifício situada na actual Praça da República, continuando a edificar-se aqui e no limite poente. As dificuldades de circulação no interior da quinta, a falta de iluminação e de policiamento, terão sido as razões da ocupação preferencial dos lotes e construções nos extremos da rua voltados para o Campo da Regeneração e rua de Cedofeita. Os edifícios de oficinas ou lojas são pouco representativos no conjunto edificado da rua, encontrando-se preferencialmente, no seu extremo ocidental e perto da rua de Cedofeita, facto esse a que não seria estranho a proximidade deste importante centro comercial.

### Alteração da estrutura fundiária do loteamento inicial

Os lotes inicialmente previstos não foram respeitados, tendo sido associados alguns deles, designadamente: três lotes (84/86) associados para neles serem construídas duas edificações geminadas pela meação, cinco lotes (97/101) associados para neles serem edificadas duas habitações geminadas pelo logradouro, seis terrenos (113/118) três para a construção de duas habitações neo-árabes geminadas pelo logradouro e um outro posterior. Dos vinte e um lotes arrematados pela Companhia Aurifícia, só a partir de 1929/30, seriam vendidos terrenos para construção de um palacete da AICCOPN<sup>18</sup> e três edifícios *art déco*. No gaveto da rua com a travessa da Figueiroa, Amyas Warre arremataria cinco lotes onde, até 1935 se foram construindo oficinas/armazéns de marcenaria, instalações sanitárias, tendo depois edificado três prédios colectivos ou de rendimento de linguagem modernista.

### Associação de edifícios

*A repetição simples* agrupa casas que repetem o mesmo esquema estrutural que se lê nas fachadas principais pela reprodução exacta dos vãos, tendo em comum a parede de meação, habitações independentes que se encostam e possuem o mesmo sistema distributivo interior e igual ocupação do logradouro. Três delas formam um conjunto centralizado em que uma se torna o eixo e se destaca pela ornamentação da platibanda, da serralharia das varandas e das vergas dos vãos.

*A geminação* determina-se pela simetria e são edificações identificadas pelo modo como ocupavam o logradouro, como encostavam determinadas peças da habitação e pelo tipo de cobertura que adoptaram, podendo ter telhado único e separação das cozinhas.

*A Associação mista* define contínuos edificados em banda, une casas de fachadas de 6 metros que se geminam ou se repetem num conjunto centralizado.

### Quadros Tipológicos

Definimos tipologias, ordenamos os edifícios em grupos afins, possibilitando-nos fazer comparações e classificações segundo aspectos técnicos, morfológicos e sociais a partir: do modo como se implantavam no lote, da volumetria, dos dispositivos espaciais e tipos de cobertura, da localização da cozinha, da morfologia das fachadas, da organização dos acessos e espaços internos onde pudemos ler os espaços de recepção, sociais, de intimidade e de serviços e assim visualizar o vaivém quotidiano das tarefas domésticas, a sociabilidade familiar, o estatuto social e riqueza dos seus proprietários.

---

<sup>18</sup> Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte.

**Figura 9** – Alçado sul da rua Álvares Cabral até 1960.



**Figura 10** – Alçado Norte da rua Álvares Cabral até 1960.



### Alçados da Rua

Espaço existencial da burguesia orientado preferencialmente para residência unifamiliar, identificando-se com as suas concepções de habitar, criando uma certa imagem de ostentação a par de uma economia de meios de construção segundo modelos e programas sólidos, pragmáticos, cómodos, económicos, em sistematizações do desenho. É o modo de vida burguesa urbana que estabelece o programa de habitação e faz as suas escolhas espaciais, privilegiando a funcionalidade do espaço à estética, sob a orientação dos profissionais (mestres de obras, condutores de obras públicas, engenheiros e mais tarde arquitectos) e de acordo com os regulamentos urbanos de edificação – cêrceas, iluminação, materiais, higiene, saneamento ...

O reforço da célula familiar é visível aqui pela solidez e fechamento imposto pelos edifícios que constituem uma área preferencialmente residencial.

O estreito lote impor-se-ia na maior parte das edificações, o logradouro, parte da parcela fechada, seria ocupado por jardins, pomares, estufas, anexos vários, lugar separado do espaço público pelo corpo do edifício e onde a vida familiar se desenrolava longe do olhar de estranhos.

Espaço apreendido na sua totalidade pelo observador que numa primeira leitura faz sobressair a força do alinhamento e unidade de sucessivas fachadas estreitas, idênticas e repetitivas nos dois lados da rua. Uma primeira imagem é clara, estruturada pela altura das cornijas, pela sucessão das linhas horizontais dos limites estruturados das varandas e sacadas, das linhas dos telhados que integram as formas que formam a frente da rua. No entanto, uma outra leitura mais atenta se faz das edificações destinadas a habitações unifamiliares, detectam-se diferentes tipologias e diferentes leituras dos alçados.

No alçado sul (figura 9) lê-se uma organização espacial diferenciada, a ocupação e a escrita morfológica das fachadas revelam-se diferentes num conjunto tipologicamente mais diversificado, mais heterogéneo, numa maior hierarquização e distinção do espaço edificado. Foram os lotes que se associaram e ampliaram a volumetria dos edifícios de prestígio da burguesia, edificações que exteriorizam um

determinado estatuto através das suas fachadas de aparência. Voltadas a sul as suas fachadas posteriores, possuem uma orientação mais favorável por ter mais luz e ser a mais quente na Primavera, no Outono e no Inverno e quase tão fresca no Verão, iluminando e aquecendo os dispositivos espaciais de intimidade.

Do alçado norte (figura 10), no lado esquerdo de quem percorre a rua, faz-se uma leitura do loteamento gerador das formas construídas e é sem dúvida aquele que forma uma frente mais regular, exteriorizando um conjunto arquitectónico em banda uniforme e repetitivo. Frente fechada e sombria em que as cérceas medidas a partir do centro da fachada (entre 7 a 14,5m) e em relação com a largura da rua (14m) acompanham a sua pendente.

Os alçados nascente e poente, correspondendo actualmente à Praça da República e rua de Cedofeita/travessa da Figueiroa integraram a antiga Quinta dos Pamplonas, revelam uma continuidade formal da praça e das ruas em que se inserem.

A maior parte do contínuo edificado integra edifícios destinados a acolher uma só família, com um maior ou menor número de criadagem e cuja vida social podia ser mais ou menos intensa.

A sociabilidade foi lida através do número e distribuição dos dispositivos espaciais destinados à recepção e zona íntima do logradouro ocupada por jardins. Nas tipologias do palacete e casa grande detectamos no r/ch e 1º andar situados na fachada principal, mais espaços de recepção e de convívio amplos e de grande variedade ornamental (sala de visitas, salão, escritório, gabinetes, bilhar). Na fachada posterior alguns espaçosos e cuidados jardins. Em muitos dos edifícios pertencendo à tipologia tradicional, em banda (arrendados e/ou propriedade da média burguesia), destes espaços, apenas a sala ou o escritório constituíam os dispositivos cujo acesso se fazia a partir da porta e eram separados do resto da casa por um vestíbulo e porta.

Existe uma hierarquia dos andares. No r/ch da fachada principal localizavam-se os espaços de recepção cujos acessos feitos a partir do vestíbulo eram fáceis – entrar e sair ou poder aceder à sala de jantar; na fachada posterior encontravam-se os dispositivos de sociabilidade familiar e de serviços, a sala de jantar próxima da cozinha mas separada o suficiente para não ser invadida pelos maus odores. No 1º andar estava o núcleo privado e na cave ou águas-furtadas os arrumos e os aposentos dos domésticos.

O número de aposentos destinados aos empregados domésticos nas primeiras tipologias, o palacete, eram mais numerosos (águas-furtadas e cave), a existência de escadas de serviço, no interior da habitação, situadas por trás da escada principal, indiciavam um maior número de serviços.

Nos edifícios colectivos mais modernos, da década de 30, houve significativas transformações formais: uma clara redução e simplificação da área do espaço habitado e o desaparecimento de algumas peças monofuncionais ou suplementares (biblioteca, gabinete, sala de visitas ...) o que implicava a plurifuncionalidade de algumas das peças.

Houve uma persistência das formas de habitar, um conservadorismo da casa, havendo uma continuidade de práticas domésticas e das relações familiares, leitura feita através da continuidade das tipologias nas quais que o telhado de duas ou mais águas persistiu, dos materiais empregues designadamente o perpiano que continuava a ser preferido, numa época em o betão era já utilizado. O cliente continuava a impor determinadas práticas construtivas.

### Quatro habitações de um tempo presente

Neste espaço seleccionámos quatro habitações: dois palacetes e duas habitações em banda sem cave, numa tipologia tradicional. Habitações de prestígio com valor de lar, invólucros que acolheram as relações de afectividade, episódios de vida e onde se encontravam expressos valores de privacidade, segurança, comodidade, economia – quatro microcosmos da burguesia portuense.

A escolha destes edifícios, testemunhos da antiga vocação residencial da rua, justifica-se pelo seu interesse espacial, formal, social e económico, mas igualmente por serem exemplos de reutilização com funções distintas e de adaptação contínua à cidade.

Estas construções reflectem a maior parte dos edifícios existentes na rua cuja autenticidade estética e construtiva, valor arquitectónico e prestígio garantiu uma orgulhosa e espontânea reutilização, perdendo a função de residência e adquirindo muitas outras (escolas, instituto, ginásio, sedes bancárias, clínicas, associações desportivas, stands, pensões, tipografia, lojas, escritórios ...). Este espaço habitado com incapacidade para ser inútil, no qual o útil e o habitável são sinónimo.

Conjunto arquitectónico que a preservar necessita apenas de medidas de reabilitação ligeiras ou médias, podendo ser preservado na sua quase totalidade (só três dos seus edifícios foram substituídos por outros construídas na década de setenta).

Nos espaços escondidos do olhar há um pequeno mundo dentro de um mundo. Na fachada lê-se o espaço interior da habitação a partir da disposição dos seus vãos (janelas, portas) das clarabóias, elementos que permitem a exteriorização do interior. As plantas destes edifícios são sequências de espaços, acessos, passagens ao sabor de quem os percorre e utiliza. Propõem orientações diversas, paragens, estadas, passagens mais ou menos rápidas, multiplica as orientações, as deslocações e as permanências.

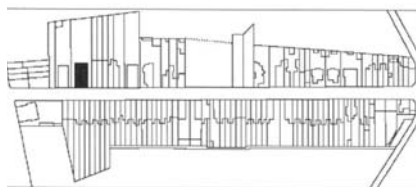
Convida-se assim observar, a descrever e a interpretar a linguagem arquitectónica destes edifícios e espaços que amamos, numa partilha de experiências. *As nossas casas são testemunhos permanentes da nossa educação o nosso canto no mundo [...]*<sup>19</sup> a partir destas premissas pretende-se dar significado a um espaço dentro de um outros espaços, *a explicar os seus limites.*

---

<sup>19</sup> DONNADIEU, Brigitte – *L'Apprentissage du Regard. Leçons d'architecture de Dominique Spinetta*. Paris: Éditions de La Villette, 2002.

Situados no lado sul, nos antigos lotes 22/26 e 9/12, os palacetes de fachadas tipologicamente diferenciadas, situados à face da rua, possuem fachadas de aparência circunscritas e embelezadas por muros de cantaria e portões de serralharia, sinais exteriores de riqueza. Dos quatro edifícios em análise dois pertencem à tipologia do palacete por serem habitações unifamiliares isoladas com uma área média de 1000 m<sup>2</sup> (mínima de 690 m<sup>2</sup>, máxima de 1630 m<sup>2</sup>), resultante do reagrupamento de várias parcelas que permitiram aumentar as suas dimensões. O terceiro exemplo é constituído por duas habitações unifamiliares em banda, geminadas pelo logradouro e sem cave.

### Uma Habitação Que Se Fez Escola (n<sup>os</sup> 394, 384, 374)



Localização



Fotografia Actual

**Figura 11** – Actual Escola Superior de Enfermagem, localização na planta e fachada actual.

Em 1898, António Eduardo Glama, negociante, armador de navios, comprava os lotes 9/12 da Quinta dos Condes de Resende, terrenos com direito a 4 penas de água da Mina de S. Brás<sup>20</sup>.

O projecto de edificação deste palacete data do mesmo ano, tendo sido requerido pelo mesmo arrematante, da autoria de João de Mattos e da responsabilidade do mestre-de-obras José Joaquim Mendes.

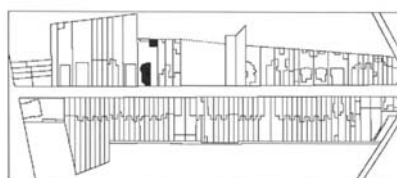
Edifício alinhado pela rua (figura 11), ocupando a frente do lote e centrado, deixando duas passagens, duas entradas laterais para um amplo logradouro. Com telhado de quatro águas, com trapeiras ou águas-furtadas para iluminação a nascente, e torre como elemento de valorização formal. Integra um envasamento com subsolo e dois andares, sendo o último tratado em ático. Na fachada principal há uma nítida preocupação de ornamentação que é sóbria, requintada e ecléctica nos vãos da frente de rua que correspondem no interior a espaços privilegiados de recepção. Há duas leituras possíveis desta fachada, uma vertical a partir das pilastras que delimitam os vãos e outra horizontal através das cornijas ou faixas que definem os diferentes andares. No eixo central, constituído pelo portal, balaustrada e platibanda, concentra-se a decoração na cantaria, serralharia e madeiras de concepção classicizante: palmetas, folhas de acanto, pérolas ...

<sup>20</sup> Cada pena correspondia a veios de água com a grossura de uma pena de pato, cuja equivalência era de 534 de litros por dia.



A circulação horizontal faz-se a partir da porta principal através de um meio lanço de escadas no vestíbulo. Um corredor axial une a fachada principal à posterior e faz a ligação à escada principal para uso dos proprietários (perto da fachada principal) e à escada de serviço na parte posterior. As portas, os corredores e escadas são ordenadores de espaços e possibilitam a passagem que aproxima ou afasta os espaços privados, dos pisos superiores, dos de recepção do r/ch. A escada principal, iluminada por vitral policromo, tem duas leituras – a inicial (lanço de escada) de acesso exclusivo aos proprietários e uma actual, a do vão de escada no qual se localiza uma vitrine com informações da escola. Os espaços de recepção (sala de visitas, sala de espera, escritório, gabinete, sala de bilhar) encontram-se no 1º piso voltados para a fachada principal, actualmente destinados a secretaria e salas de aulas. A casa de banho actual, entre a escada principal e a de serviço, correspondia ao anterior W.C. e cozinha, encontra-se adaptada às novas necessidades e perfeitamente inserida no espaço inicial. Os espaços de recepção ou da área social – sala de Jantar, e biblioteca na retaguarda – têm agora a função respectivamente de sala de reuniões e de gabinete de trabalho, situadas na parte posterior do edifício e voltadas para o logradouro. No 2º piso, voltado para a fachada principal o salão de festas, um antigo espaço de convívio, música e agitação transformado num lugar de recolhimento e silêncio, a Biblioteca da Escola cujo mobiliário amovível destinado a livros, não feriu os estuques e se destaca claramente do primitivo espaço. Os quartos, na parte mais recuada do edifício, virados para o jardim, ensolarados pela luz, integravam a zona íntima, são agora salas de aulas. Pela escada de serviço circulavam os empregados domésticos, agora tornou-se num outro acesso da escola, o dos alunos. Os quartos dos empregados nas águas-furtadas e na cave a garrafeira, lojas e arrecadações são hoje salas de aula e bar de alunos. A fachada posterior voltada para o jardim é menos cuidada, menos aparatosa voltada para o antigo jardim e estufas, actualmente destinado a parque de estacionamento.

### Uma Habitação Que Se Sonhou Museu Edifício 306 AICCOPN



Localização



Fotografia Actual

**Figura 12** – Actual AICCOPN.

Joaquim Rodrigo Pinto, director e representante da Companhia Aurifícia, comprou, em 1898, 22 lotes com 6m de largura cada, os lotes 22 a 43 em cujo interior existia uma mina de água com nascente.

Data de 1930 o 1º projecto deste edifício e de 1932 o segundo, de alteração da fachada posterior, (figura 12). O requerente foi o industrial, capitalista António Maria Lopes e o projecto e responsabilidade da obra pertenceram ao arquitecto Aucíndio Ferreira dos Santos e ao engenheiro José Mendes Jorge responsável pelos cálculos de cimento armado. Projectava no exterior uma imagem de riqueza e de ostentação, numa linguagem ecléctica claramente ultrapassada, encontrando-se gravadas numa cartela, por baixo do torreão, as iniciais do proprietário. Em 1961 a AICCOPN compraria este palacete com 1 área de 1176 m<sup>2</sup>, uma sede condigna num belo edifício.

Alinhado pela rua, ocupando a frente do lote (lotes números 22 a 25) centrado, deixando duas entradas laterais para um amplo logradouro (agora completamente ocupado pelo edifício actual desta associação). A volumetria resulta da combinação de vários volumes, uns maiores e dominantes aos quais se associaram outros, resultando uma descontinuidade das fachadas com coberturas adaptadas à geometria irregular da planta, com telhados de múltiplas águas.

A fachada principal privilegia um corpo de quatro pisos (r/ch, 1º, 2º e águas-furtadas), ligando-se à lateral nascente por 1 aparelho rusticado do 1º piso. O andar nobre e o 2º andar encontram-se ligados, no exterior, por cantaria lavrada e duas janelas triplas que formam 1 eixo com a sacada, balaustrada de pedra sobre consolas de cantaria. A grafia vertical termina com cornija ondulante assente em quatro consolas, acompanhada por platibanda curva limitada por duas pilastras que suportam duas jarras. No andar nobre os vãos triplos indiciam um importante espaço de recepção (sala de visitas) e no segundo andar o mesmo esquema conceptual de abertura é utilizado para um espaço íntimo, um quarto, permitindo um outro olhar sobre a rua, partilhando com o espaço público a luz e a sombra, o ruído e o silêncio.

Na fachada lateral direita de alvenaria e cantaria rasgam-se janelas de verga redonda ou recta, ornamentadas ou lisas e correspondendo à iluminação da escada principal com vitrais policromos.

A fachada principal articula-se com a lateral esquerda que a movimenta através de uma parede convexa onde se situa o acesso principal à habitação feita por uma escada exterior de ângulo recto de cantaria sob torreão de cimento armado.

A circulação faz-se através de quatro acessos, do exterior para o interior. Um deles situa-se na fachada principal ao nível do r/ch, destinado a serviços, outros nas fachadas laterais direita e esquerda e o quarto acesso na fachada posterior.

O vestíbulo, no 1º andar, é decorado por vitrais da vidraria Antunes, lambril e móveis de madeira de concepção e decoração *art déco* e um chão de pastilha policroma, dá acesso à zona de recepção a sala de visitas. Um hall permite o acesso à parte social situada na fachada posterior ou à zona privada do 2º andar. A circulação interior faz-se a partir de um corredor central quebrado e a partir do qual se encontram duas escadas, a principal em ângulo recto encostada à fachada lateral direita e uma outra de serviço, contínua localizada um pouco atrás. Na parte posterior do edifício a cozinha, a despensa, a copa e a sala de jantar, encontram-se voltadas para o logradouro.

A escada principal localizada no hall dá acesso ao 2º andar, a caixa de escadas encontra-se iluminada por importantes vitrais policromos e no tecto impõe-se um imponente candeeiro *art déco*. No 2º andar fica a zona íntima constituída por quartos de dormir, W. C. e quarto de banho.

No quarto voltado para a fachada principal, a luz marca a fronteira entre o espaço ruidoso da rua e o acolhimento, o silêncio calma do dispositivo de recolhimento. Dos outros quartos apenas restou um amplo espaço e a sua existência é apenas sugerida pela marcação dos cuidados tectos de estuque cujas paredes foram deixadas abaixo para ampliação deste espaço sonhado para museu da construção.

E no vão telhado os aposentos dos empregados, pequenas divisões esquecidas lá em cima, dispositivos demarcados por paredes de tabique.

### A Futura Ordem Dos Arquitectos



A futura Sede da Ordem dos Arquitectos comprou estas edificações situadas nos antigos lotes 50 a 52, arrematados em 1898, com a largura de 6m cada e com direito a 1 pena de água da Mina da Fonte. Estes terrenos foram arrematados pelo gerente da fábrica de Fiação do Jacinto, o negociante e proprietário António José Gomes Samagaio. Foi o requerente do projecto de construção destas duas casas em banda, sem cave, geminadas pelo logradouro comum, em 1899, sendo o responsável da obra Manuel Alves Ferreira m. o (figura 13). Estes edifícios inserem-se no alçado sul da rua, com 3 acessos independentes e cada uma destas edificações é constituída por volume paralelepipedico a que se associava um outro mais pequeno, localizado no logradouro e destinado à cozinha.

No 1º piso um espaço de sociabilidade situado na a fachada principal, um escritório ou sala separada por antecâmara e escadas do conjunto sala de Jantar/cozinha, espaços situados nas traseiras. No 2º piso os quartos e nas águas-furtadas as dependências dos empregados e as arrecadações.

Os vários projectos e alterações introduzidas, em 1917, respeitaram globalmente os valores funcionais e a organização dos edifícios bem como a ocupação do lote. Este último projecto constituiu um momento de transformação das construções, mas mais marcante foi a alteração da organização do espaço exterior, preferindo a solução de logradouros voltados de costas, unindo-os 1 espaço único e simétrico, no centro do qual foi construída uma garagem.